



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

## **(DES) HIERARQUIZANDO SABERES: DECOLONIALIDADE E ESTUDOS FEMINISTAS**

Roberta Ribeiro da Silva

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*

*donacurupira@gmail.com*

**Resumo:** O pensamento decolonial vem de um movimento questionador e opositor a razão imperialista. Composto por diversas vozes marginais, silenciadas e subalternizadas, propõe um diálogo onde seja possível mudanças na construção crítica de um conhecimento que nos coloque enquanto sujeitos da episteme, e não mais apenas como objeto. Ao nutrir-se dos saberes populares, possibilita a junção de diferentes lugares, e para além da atividade intelectual, o pensamento decolonial busca justiça social, posto que a ausência destas torna agravante as condições de vida dos herdeiros do espólio colonial. Esse caráter orgânico, baseado na experiência enquanto produtora de conhecimento, permite ao pensamento decolonial uma juventude a longo prazo, criatividade e diálogo revolucionário. Neste contexto, os estudos feministas trazem contribuições valiosas no que concerne as discussões de gênero, e as feministas negras, o debate sobre raça. Partindo das articulações estabelecidas, é possível a fertilização de um espaço de reflexão crítica sobre a construção dos saberes e a (des) hierarquização destes, perpetrados por aqueles que possuem o privilégio epistêmico, posto que o mesmo é concedido pelo viés social, por uma condição material de nascimento. Esta crítica nos possibilita a base para discussão dialética sobre como os estudos decoloniais contribuíram para o pensamento das diferentes diferenças dentro dos estudos feministas, marcados pela atitude epistemológica de desobediência, vinculados à uma linguagem dionisíaca e afastados de uma teoria, visto que esta propõe a contemplação de uma verdade absoluta, e imutável.

**Palavras-chave:** Epistemologia decolonial; epistemologia feminista; intelectuais negras.

Segundo bell hooks (1995, p. 468), intelectual é alguém que lida com ideias, transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. Este texto é parte da pesquisa que estamos desenvolvendo no mestrado, que tem como objetivo analisar a produção intelectual de mulheres negras, observando os entraves por elas enfrentados dentro do espaço acadêmico e as metodologias utilizadas por elas na produção do conhecimento. Como autora-participante da pesquisa, subscrevo a atitude decolonial enquanto base da discussão, deslocando e [re]formatando uma nova forma de ser, estar e

pensar o mundo: com, sobre e pelo Sul, contra-hegemonicamente.

A fim de tecer as bases que nos guiam neste propósito, empreendemos uma revisão de literatura pautadas na atitude epistemológica decolonial e feminista, e, partindo das articulações estabelecidas, estamos analisando a fertilização de espaços de reflexão crítica sobre a construção dos saberes e a (des) hierarquização destes. Este contexto possibilita a base para discussão dialética sobre como os estudos decoloniais contribuíram para o pensamento das diferentes diferenças dentro dos estudos



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

feministas, marcados pela atitude epistemológica de desobediência.

Contudo, até chegar este ponto, é preciso analisar também a trajetória educacional destas mulheres negras, desde os anos iniciais até o acesso ao ensino superior: quais entraves se fizeram durante o percurso, quais fatores influenciaram e impediram o acesso e permanência destas no espaço acadêmico. Utilizando os dados do *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2013), do *Censo da Educação Superior*, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC (2016) e da pesquisa *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018) conseguimos traçar um questionamento base: como as condições materiais de existência e reexistência destas mulheres se configuraram enquanto entraves à possibilidade de ascensão econômica e intelectual?

Posto nosso objetivo, o mitigado número de pesquisadoras negras nas universidades brasileiras pode ser um fator que dificulta o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas relacionadas as atividades científicas desenvolvidas por mulheres negras.

Fazendo uso das palavras chave que guiam esta pesquisa, realizamos uma sondagem na base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil<sup>1</sup>, nos campos “linha de pesquisa” e “grupos de pesquisa”, no intuito de averiguar como estão distribuídas as investigações que seguem esta mesma rota: interseccionalidade, enquanto ferramenta de pesquisa; feminismos, enquanto movimento social; epistemologia feminista, enquanto a possibilidade de oxigenação e outras criativas formas de construção do saber atrelada às intelectuais negras, como protagonistas da cena.

A escolha das palavras-chave utilizadas demonstra um direcionamento político, fruto de desejo manifestado, identificação, objeto de luta. Verificar que um total de 73 (setenta e três) grupos de pesquisa, em todo país, compuseram seu projeto de organização de pesquisa utilizando o termo feminismo demonstra que os estudos sobre mulheres e feminismos vêm avançando timidamente no Brasil, assim como os demais. Já o não uso do indicador intelectuais negras pode ser analisado sob as perspectivas de gênero e raça: este, como mais um fruto de um sistema onde os corpos negros são destituídos de sua sapiência, mais próximo da natureza, posto que ao pensarmos sobre intelectuais, nos vem

---

<sup>1</sup> Face a dinâmica da plataforma, consideraremos a coleta dos dados em 02/08/2018.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

a imagem de uma intelectual branca e, sob a concepção de gênero, não seria necessário discriminar a identidade, posto que ao homem intelectual não se incorpora sua identidade racial e/ou de gênero, já que a intelectualidade está ligada ao masculino. A discriminação das mulheres no âmbito acadêmico e profissional mudou de direção: ela não se efetua mais pela limitação no ingresso, mas pela transferência a seu interior.

Desta feita, conforme Patricia Hill Collins (2012, p. 101), o feminismo negro prossegue sendo necessário devido ao fato das mulheres negras – ainda – permanecerem no campo do não-lugar, não-mulher, não-sujeita da episteme, constituindo-se enquanto uma resposta ativa à esta opressão.

Sueli Carneiro (2005, p. 97) fala sobre o epistemicídio para além da inabilidade e supressão dos saberes de povos subjugados, mas consiste na formatação da produção da indigência cultural mediante a despotencialização individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. Não é suficiente vislumbrar apenas as relações de dominação em função de gênero, não reflexionando ao fato de que o sistema de poder vigente é sedimentado numa base também alimentada por outras opressões, a exemplo da raça e da classe. Não atentar para estes detalhes nos faria cair no mesmo mote

que o feminismo critica, pois estaríamos reforçando as lógicas de opressão e exclusão.

Não existe UM modo de investigação feminista: o feminismo, tanto quanto movimento social, aporte teórico, corrente metodológica e epistemológica, não se trata de um movimento unificado. Desta forma, precisamos ter em mente a compreensão de que não basta nos atermos às relações de dominação entre homens e mulheres, mas é preciso ir ao fundo do problema e compreender como o sistema de poder age em conjunto para cristalizar a situação de subalternidade em que vivem as mulheres – nesta pesquisa, a subalternidade intelectual.

A construção do campo da intelectualidade segue os mesmos princípios. De acordo com Avtar Brah (2011, p. 240)

Hoy está ampliamente aceptado que la invención del «hombre europeo» como sujeto universal del pensamiento social y político occidental fue realizada definiéndolo frente a una plétora de «Otros» — mujeres, gays y lesbianas, «indígenas», «gente de color», «clases populares» y demás. El centramiento en la figura del hombre europeo construyó, en complejas relaciones jerárquicas vis-à-vis, a estos diversos «Otros». (BRAH, 2011, p. 240)

Sabendo que a academia foi construída para atender as demandas de um sujeito específico, todos aqueles que escapam a este cânone são locados à marginalidade e desqualificação de



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

valor científico e, aquelas/es que ousam questionar o *mainstream*, encontram diversos percalços no caminho. Neste contexto, a interseccionalidade tem contribuído com diferentes abordagens a fim de desestabilizar o modo operante em voga na construção do conhecimento. É preciso questionar este debate, pensar em categorias mais complexas, posto que a heterogeneidade presente não deve ser entendida como um processo que tem por objetivo a segregação e/ou hierarquização, visto que esta é a prática em exercício, dos conhecimentos, mas vislumbrar, dentro de num campo de visão mais amplo, as possibilidades de diálogos e construções intelectuais que sejam capazes de congregam diversos saberes.

O pensamento decolonial é parte de um movimento que busca questionar os moldes de construção das teorias e cânones acadêmicos, moldados desconsiderando toda e qualquer atividade intelectual que esteja situada distante do cenário geocultural de produção do conhecimento, cristalizado como o norte. Diante deste quadro, somos nomeados enquanto os Outros, desautorizados à fala e escrita canônica acadêmica, mas fornecedores de material para elaboração de teorias e ciência, posto que nossas vivências e experiências são base de estudos e pesquisas das mais renomadas instituições. Somos, assim, objetos, mas não sujeitos da episteme.

De acordo com Walter Dignolo (2007, p. 28), a prática epistêmica decolonial surgiu “naturalmente” como consequência da formação e implantação da matriz colonial de poder. O processo de implantação, neste contexto, não deve ser romantizado, posto que houve uma imposição colonial, pautado nas relações de dominação, exploração e conflito, dissipando os laços de cordialidade e solidariedade existentes entre as vítimas que construíram esta estrutura. A colonialidade de poder forja a classificação por raça, reposicionando as relações de superioridade e inferioridade através da dominação e ficção. Com a classificação, a colonialidade permite o surgimento de identidades geoculturais (América, Europa), sociais e raciais (índio, europeu). A medida que as colonizações europeias se expandem pelo mundo, estas classificações avançam, efetivando a dominação social, material e subjetiva. Diante deste quadro, nos questionamos: por que prosseguimos sendo leais a este sistema? É preciso romper com tais estruturas, fomentando novas relações sociais e comunitárias.

Partindo da teoria social crítica, Patricia Hill Collins (2000, p. 255) denomina como *matrix de dominação* a autoridade exercida pelos homens brancos nas circunstâncias da vida social, política, econômica e de conhecimento, e que estão em constante



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

interação, construindo, por vezes, contradições, posto que ora o sujeito é o opressor, ora torna-se o oprimido, a exemplo das relações entre mulheres brancas e negras, e/ou homens e mulheres negras. Desta feita, a autora aponta que esta interação está organizada em quatro domínios de poder: estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal (COLLINS, 2000, p. 294). O domínio estrutural está ligado aos fatores que organizam as relações e acesso aos espaços de poder na sociedade. O domínio disciplinar é encarregado da gestão de opressões estruturais – religião, autarquias e instituições estatais, burocráticas. O domínio hegemônico permite a validação social do trabalho dos outros domínios, certificando e conferindo veracidade, a fim de permitir o juízo de valor pautado em preconceitos, ideias de superioridade social, econômica, cultural, religiosa, entre outros. E o domínio interpessoal consubstancializa esta estrutura, de modo que elas passem a ser parte da trajetória vital dos sujeitos inscritos nela.

Ao feminismo negro importa saber quais são as forças que nutrem a raiz do problema, por isso ele é tido como radical. A partir da compreensão desta estrutura, é possível visualizar quais os entraves que se encaixam no intuito de cercear nossas liberdades e combaterlos de modo eficaz. Neste contexto, todos os domínios de poder assinalados estão

profundamente ligados à escrita e produção acadêmica, onde determinado discurso ganha a legitimidade científica e suplanta outros tantos considerados menores, ou de menor importância, por não estarem adequados aos cânones estabelecidos. Desta forma, enquanto a academia contribui para a reprodução do domínio ideológico, as mulheres negras, de modo criativo, tecem suas redes como forma de resistência à teoria hegemônica, firmando sua existência epistêmica, abrindo caminhos para o debate no campo das ciências.

O trabalho intelectual de mulheres negras passa por crivos diferenciados, não apenas no quesito teórico-metodológico. Patricia Hill Collins (2016) nos exorta sobre a *outsider within*, numa tradução livre, *forasteira de dentro*. O conceito nos conecta a uma potência de visão, de interpretação, a uma outra margem para apreciação do quadro, uma forma híbrida de resistência, organização e militância. Prosseguindo no pensamento, a autora nos aponta o uso criativo da marginalidade social, do espaço da fronteira, da escrita selvagem, da amplitude de análise possibilitada às mulheres negras que transitam neste campo. O olhar do colonizador (a) branco (a) e do homem negro impõe à mulher negra uma concepção depreciativa de sua existência. O exercício da auto definição por parte das mulheres negras vai além do que se pensa:



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

A insistência de mulheres negras auto definirem-se, auto avaliarem-se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista auto definido frente a imagens que promovem uma auto definição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco.

Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (COLLINS, 2016)

É sabido, conforme demonstra Maria da Glória Gohn (2007) que o debate feminista adentrou as portas das universidades brasileiras a partir da década de 1980, traçando um percurso diferente do que as feministas estadunidenses, que saíram das ruas para a academia. No Brasil, devido ao contexto de repressão de manifestações devido ao regime militar em curso, as mulheres foram impossibilitadas de protestar publicamente. Os primeiros debates articulados academicamente foram sob uma

perspectiva marxista, analisando as condições das mulheres trabalhadoras. Estes trabalhos tratam das mulheres trabalhadoras, mas sem dar destaque àquelas que estavam de fato no trabalho precarizado, ou eito, desde o contexto da escravidão. Lélia Gonzalez (1982) foi a pioneira ao denunciar a condição de vida da mulher negra na sociedade brasileira.

Uma pesquisa que se pretende interdisciplinar, dentro dos estudos feministas ou de gênero, tem um posicionamento político interessado no questionamento e subversão das estruturas de poder. Para Boaventura de Sousa Santos (2007), não existem epistemologias neutras, mas menos neutras e a reflexão sobre elas não deve partir do plano abstrato, mas nas práticas de conhecimento e o impacto nas outras práticas sociais. A isto, o autor nomeia de *ecologia dos saberes*. Seguindo esta mesma perspectiva, tal qual afirma Guacira Oliveira, fundadora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea – DF), em entrevista concedida à Eliana Gonçalves (2016, p. 353), para o feminismo se manter no tempo deve ser capaz de produzir ação e reflexão; ser capaz de, ao mesmo tempo, constituir-se com autonomia e estabilizar-se nos espaços de organização.

É preciso reivindicar a teoria dentro do exercício do ativismo, ao mesmo tempo, estabelecer uma ponte entre a teoria



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

acadêmica e a prática militante. A educação engajada é uma expressão de ativismo político. Construir um conhecimento que seja também parte da luta pela libertação, na perspectiva do trabalho intelectual como forma de ativismo, que fortaleça uma teoria associada à prática militante. Não basta a formulação de teorias que ficarão armazenadas em sistemas: é preciso levá-las a linha de frente para implementação destas, pela concretização de políticas públicas. É, pois, o feminismo negro uma teoria social crítica, visto que requer uma discussão sobre a defesa da justiça socioeconômica, e em afinidade à esta prática, o feminismo negro opera abrangendo corpos de conhecimento e práticas institucionais que interferem diretamente na vida das mulheres negras, num compromisso com a justiça coletiva, conforme explica Patrícia Hill Collins (2012, p 115). Análoga a esta discursão, Giovana Xavier nos exorta: se a palavra feminismo é branca e ocidental, a prática feminista é Negra e Diaspórica.

Antônio Gramsci (2001) nos fala sobre o intelectual orgânico, aquele que está associado a uma classe social, logo rejeita uma neutralidade política, numa teoria indissociável da prática. Os intelectuais orgânicos associados aos grupos subalternos atuam na construção de uma contra-hegemonia. Para o autor, é fundamental uma

reforma intelectual e moral para uma transformação da concepção de mundo via luta contra-hegemônica cultural (GRAMSCI, 2001, p. 18). Aqui, compreendemos a intelectualidade negra enquanto parte de deste cenário epistemológico em batalha, marcador de posicionamento político frente à exclusão dos corpos negros dos espaços físicos e de pesquisa acadêmica.

Historicamente à margem da academia, da política institucional, da grande mídia e de outros espaços de poder, nossa intelectualidade constrói-se através da percepção – em diversos níveis – de que somos Mulheres Negras 24 horas por dia. Como chefas e arrimas de família. Na condição de primeiras a acessarem a universidade e obterem um diploma que se estende à toda família. No ato político de cuidar e educar filhos nossos e dos outros. Na valorização do estudo como instrumento de libertação. No trabalho em movimentos sociais e comunidades religiosas.

Todos esses protagonismos reverberam em um tipo de intelectualidade produzida a partir de saberes comuns, tecidos na interação entre Mulheres Negras de diferentes gerações. (XAVIER, 2017).

Sobre uma pretensa separação entre intelectuais e o povo, sobre a teoria e a prática, sobre academia e a militância, Antônio Gramsci (1999, p. 221) alerta:

O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexos, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal; os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico). (GRAMSCI, 1999, p. 221)

Ao tratar sobre as emoções e como elas afetam nosso campo de pesquisa, Alisson Jaggar (1997, p. 168 – 172) elenca três questões que interessam ao nosso trabalho: o mito da investigação imparcial, a função ideológica deste mito, o uso das emoções proscritas na teoria feminista. A tradição positivista de pesquisa, leia-se estruturas epistemológicas científicas androcentrada, consideram as emoções como invasores estranhos, que precisam ser expurgados do contexto científico, já que podem comprometer o método. Como solução, a autora propõe que seja reexaminada a relação

de construção do conhecimento, integrando a razão e emoção em diálogo, quebrando a relação antagônica entre eles, posto que uma investigação parcial, desinteressada é um mito, logo, um projeto ideológico que preenche funções sociopolíticas.

A justificativa da emoção na qualidade de atributo inerente ao feminino, vide a fragilidade culturalmente construída, pretende atestar a autoridade epistêmica e política dos grupos dominantes, composto por homens brancos, em detrimento daqueles subordinados, geralmente mulheres e pessoas de cor, devido à lógica biologizante. As emoções proscritas, por sua vez, auxiliam na habilidade de perceber o mundo para além do que nos é permitido ver, corroborando com a possibilidade de notar falhas no sistema e possibilidades de conserto daquilo que está posto como justo e legal – ou seja, subverter a ordem posta pelo *status quo* na construção de um saber “anti-hierárquico e antifundamentalista”, uma vez que o arquétipo de investigador idealizado pela academia prossegue sendo “classista, racista e masculinista”.

Quanto as conexões entre o conteúdo e a intenção do pensamento feminista negro e as questões importantes na vida das mulheres negras, a observância da validação do saber acadêmico produzido por estas sujeitas é axiomático. Neste ponto, a prática feminista



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

demonstra sua diferenciação frente ao cânone acadêmico imposto: trabalhamos e produzimos *estudos*, que estão em constante construção, troca e diálogo com os movimentos sociais, enquanto eles produzem *teorias*, impostas e cristalizadas. Assim, deve estar aberto à construção de coligações com indivíduos envolvidos em projetos semelhantes de justiça social, dentro de uma permanente perspectiva humanista (COLLINS, 2012, p. 116 a 126).

A feminista, cônica da relação dialética entre teoria e prática, deseja não só analisar temas relativos à ciência, mas também como e se pode atuar como cientista e, ao mesmo tempo, honrar seu compromisso com o feminismo, que, compreendido amplamente, procura eliminar a opressão e a dominação sobre as mulheres. (FARGANIS, 1997, p. 229).

Após tratar de sua solidão dentro da universidade, pensamento compartilhado por muitas intelectuais negras, Angela Davis (1988) dialoga com o leitor sobre a responsabilidade do indivíduo para rebelar-se contra o sistema, despertando uma consciência de gênero e a percepção sobre o racismo, dando destaque à sua experiência pessoal no que concerne ao trabalho ativista dentro do espaço acadêmico, que sirva de ponto crítico ou de início à novas pesquisas, permitindo um olhar para trás e através deste, descobrir que não é uma pesquisa única,

excepcional, excêntrica, mas como parte de um movimento histórico em curso.

Até o momento, mediante os dados inscritos nesta pesquisa, constatamos que: o feminismo negro é filho do pensamento da diferença, pois já nasce a partir do questionamento de sua inclusão na categoria mulher e nas pautas de debate e luta no movimento feminista, demonstrando que era impensável construir uma análise observando apenas as variáveis de gênero e classe; a partir das conquistas do movimento feminista, sobretudo no que concerne o acesso à educação, percebemos o movimento recente de expansão do acesso ao ensino superior por parte das mulheres, mas que o fator raça ainda se constitui no entrave ao acesso e presença de mulheres negras na academia; testemunhamos o discurso comum entre aquelas que, pelos mais diferentes meios, conseguiram ultrapassar tais impedimentos e alcançaram os bancos das universidades e constataram outra questão grave: a ausência, física e intelectual, de mulheres negras, suas pares.

A carência de referenciais teóricas sobre os estudos produzidos por intelectuais negras é sentida a todo instante pela maioria das pesquisadoras do meio, posto que, como preço de permanência na academia e legitimação de sua produção intelectual, muitas mulheres vêm sendo cooptadas pela investida androcêntrica. Neste contexto, como



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero.

já exposto, os estudos decoloniais abrem espaço para a produção de novos saberes, epistemes e modos de fazer ciência. Assim a interseccionalidade encontra um ambiente acolhedor e dialético para se firmar enquanto uma ferramenta-método de pesquisa, uma atitude epistemológica.

O pensamento feminista negro, ao assentar-se na interseccionalidade de opressões, está atento ao exame destes níveis, provocando, uma mudança paradigmática, ao priorizar, nas investigações, as experiências das mulheres negras, forçando assim o surgimento de novas interpretações sobre as relações sociais de dominação e resistência, ou melhor, revelando, principalmente, outras formas de saber que permitem/têm permitido aos grupos subordinados se auto definirem a partir de suas próprias realidades. Por conseguinte, o pensamento feminista negro enfatiza os três níveis como locais de dominação, mas, também, como locais potenciais de resistência (COLLINS, 1990 apud CARDOSO, 2012, p. 58).

A terminologia interseccionalidade foi criada por Kimberlé Crenshaw, e sugere a implosão do cânone ao buscar “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”, a exemplo do racismo, patriarcalismo e opressão de classe, que “criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. Secção é corte, é a

possibilidade de vislumbrar as diferentes perspectivas pelo próprio olhar. Interseccionalidade então é perspectivista: embora sejamos sujeitos em trânsito sob diversos lugares, nosso olhar, por vezes, vai focar determinados pontos, particularizando, singularizando aquela visão.

Desta forma, a interseccionalidade vem pormenorizar estes tipos de recortes, e sem ela, não há visibilidade. Neste contexto, ela nos permite vislumbrar as diferentes formatações do ser mulher, sem reduzir, unificar, observando as diferentes formas de opressões e somando, também, diferentes forças para combatê-las, visto que, segundo Collins *apud* Cardoso (2012), gênero, raça e classe são sistemas distintos de opressão subjacentes à uma única estrutura de dominação.

Por toda voracidade exprimida, a ferramenta nomeada conscientemente por vezes não é utilizada, mas, a observância das seções supracitadas é frequente em nossas práticas cotidianas, visto que não se pode ser homem ou branco, mulher ou branca, homem ou negro, mulher ou negra, visto que estes são atributos construídos socialmente (BONFIM, 2009, p. 220).

Grada Kilomba, em sua performance *Descolonização do conhecimento* faz uso de diversos formatos de comunicação para fomentar o questionamento sobre as configurações de poder e conhecimento sob as



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

interfaces de gênero, raça e classe. No decorrer da apresentação, ela nos remete à etimologia do termo *epistemologia*. Ora, *episteme* deriva do grego, que significa conhecimento e *logos*, ciência. Fruto de um pensamento eurocentrado, a epistemologia traz em seu âmago a pretensa legitimação dos temas, paradigmas e métodos que podem e devem ser utilizados na construção da ciência. O saber produzido no cenário geocultural determinado pelo colonizador como Sul é considerado subalterno, ilegítimo. Da mesma forma, o saber produzido por aqueles que escapam, que criam estratégias de fuga do cânone acadêmico é não-científico. Nesta oportunidade, a autora nos lembra que não estamos lidando com uma coexistência pacífica de palavras, mas sim com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar. Disputa linguística. Disputa de narrativas.

O conceito de conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, mas é sim a reprodução de relações de poder raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade *branca colonial e patriarcal*. (KILOMBA, 2016).

## Referências Bibliográficas

- BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 219-249.
- BRAH, Avtar. **Cartografía de la Diáspora**: identidades en cuestión. Trad. Sergio Ojeda. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011
- CARNEIRO, Aparecida Sueli (2005). A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, vol. 10, 1º semestre, 2002, p. 209 – 214.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2000.
- \_\_\_\_\_. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- \_\_\_\_\_. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: **Feminismos negros**. Una antología Edición: Mercedes Jabardo. Madri: Traficantes de Sueños, 2012, p.99-134.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

DAVIS, Angela. **An Autobiography**. New York: Randon House, 1988.

Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Lattes/Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Acesso em 02/08/2018. Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home> >.

**Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20978](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978) Acesso em 20/11/2017.

Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=sobre> > Acesso em 13/07/2018.

FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, Alison M. Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

GONÇALVES, Eliane. Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no feminismo brasileiro entre 1980-2010. **Revista**

**Brasileira de Sociologia**, Vol. 04, No. 07, 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**, volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

hooks, bell. Intelectuais Negras. In: **Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ – PPCIS/UFRJ – vol.3 n° 2/95, p. 465.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: \_\_\_\_\_.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

KILOMBA, Grada. Descolonizando o conhecimento. **Projeto Episódios do Sul**. Goethe-Institut São Paulo. Disponível em <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf> Acesso em 17 de outubro de 2017.

LORDE, Audre. Sister outsider. Freedom, CA: The Crossing Press, 1984. [Tradução de Tatiana Nascimento, revisada em fevereiro de 2012, do artigo The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House, in:



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

Lorde, Audre. **Sister outsider**: essays and speeches. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. 110-113.]

LOURO, Guacira Lopes. Uma epistemologia feminista. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014.

MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP MEC**. Disponível em < [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206) >. Acesso em 20/11/2017.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura – Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGUÉL, Ramon (coords.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007, 126 p.

WALLACE, Michele. Imagens negativas. Para uma crítica cultural feminista negra. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, 1994

XAVIER, Giovana. Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Blog #AGORAÉQUESÃOELAS. Ano 97. Nº 32 249. Edição de 19 de julho de 2017. Disponível em <https://goo.gl/jRtcbh> Acesso em 21 de julho de 2017.